



Governo do Estado de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

**NOTA TÉCNICA Nº 00007/2025/SAC/CGE**

**Cuiabá/MT, 30 de setembro de 2025**

Assunto: Priorização de Processos Correcionais. Critérios de Priorização. Otimização do gerenciamento de processos correcionais.

## 1. Introdução

A Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (CGE-MT), com o objetivo de fortalecer e aprimorar a atividade correcional e a racionalização de processos, estabelece critérios de priorização para a análise dos processos de admissibilidade e para o gerenciamento e controle da instauração dos processos correcionais acusatórios no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, nos termos da Lei Complementar n. 550/2014.

## 2. Dos Critérios de Priorização para Análise de Admissibilidade Correcional

A priorização da análise dos processos de admissibilidade correcional adotará um sistema de pontuação baseado na gravidade da conduta, no risco de prescrição, no potencial prejuízo ao erário e na relevância social, conforme os critérios e parâmetros a seguir:

- **2.1) Tempo para Prescrição:** Tempo remanescente para a ocorrência da prescrição (considerar-se-á o prazo prescricional previsto no Art. 107, inciso I, da LC n. 207/2004):
  - Prescrição < 180 dias: **25 pontos.**
  - 180 dias ≤ Prescrição < 365 dias: **15 pontos.**
  - Prescrição ≥ 365 dias: **10 pontos.**
- **2.2) Origem da Demanda:** Procedência da demanda, buscando identificar a fonte da informação segundo seu caráter institucional e grau de formalidade:
  - Origem Externa (Órgãos de Controle, Fiscalização e Correição - CGE/TCE/MPE/PJC e outros): **5 pontos.**
  - Origem Interna (demanda gerada dentro da estrutura do próprio órgão/entidade): **3 pontos.**
  - Outros (e.g., cidadão via Ouvidoria, imprensa, outros): **2 pontos.**
- **2.3) Agentes Públicos:** Verificação de possível envolvimento de agentes públicos, a natureza do vínculo com a administração pública e o nível hierárquico, se for o caso:
  - Ocupante de Cargo em Comissão/Função de Confiança: **5 pontos.**
  - Contratados/Outros: **3 pontos.**
  - Servidor estatutário/Empregado de estatal: **2 pontos.**

Classif. documental	113.9
---------------------	-------



CGENTT202500007A



Governo do Estado de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

- Não identificado: **1 ponto.**
- **2.4) Envolvimento de Entes Privados (Pessoa Jurídica):** Verificação do porte dos entes privados possivelmente envolvidos:
  - Empresa de Grande Porte: **5 pontos.**
  - Outros/Não identificado: **3 pontos.**
  - ME/EPP/MEI: **2 pontos.**
- **2.5) Gravidade (Capitulação Prévia):** Classificação da gravidade do fato com base na capitulação legal da suposta infração:
  - Art. 159, incisos V, VII; e Art. 144, inciso XIX (LC n. 04/90): **50 pontos.**
  - Art. 5º da Lei n. 12.846/2012; Art. 159, incisos I, IV, VIII, IX, X, XI; Art. 144, incisos XII, XVI (LC n. 04/90): **40 pontos.**
  - Art. 159, incisos II, III, VI (LC n. 04/90): **30 pontos.**
  - Art. 159, inciso XII; Art. 144, incisos VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVII, XVIII (LC n. 04/90): **25 pontos.**
  - Art. 144, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII; Art. 143, incisos X, XI, XII (LC n. 04/90): **20 pontos.**
  - Art. 143, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX; Art. 144, inciso XX (LC n. 04/90): **10 pontos.**
- **2.6) Potencial Prejuízo ao Erário:** Avaliação do dano financeiro, com base em estimativa inicial do valor.
  - R\$ 100.000.000,01 a Valor R\$ 1.000.000.000,00: **10 pontos.**
  - R\$ 10.000.000,01 a Valor R\$ 100.000.000,00: **7 pontos.**
  - R\$ 1.000.000,01 a Valor R\$ 10.000.000,00: **5 pontos.**
  - R\$ 100.000,01 a Valor R\$ 1.000.000,00: **4 pontos.**
  - R\$ 10.000,01 a Valor R\$ 100.000,00: **3 pontos.**
  - R\$ 1.000,01 a Valor R\$ 10.000,00: **2 pontos.**
  - Valor R\$ 1.000,00: **1 ponto.**

### 3. Da Fórmula de Pontuação e da Classificação.

A pontuação final de cada processo será obtida pela soma dos pontos atribuídos aos critérios, totalizando o máximo de 100 pontos. Os processos serão classificados por faixas de pontuação, a partir das opções de classificação de prioridade disponibilizados no sistema ePAD, do modo a seguir:

- **Padrão:** Pontuação < 70.
- **Prioritária:** 70 a Pontuação < 85.
- **Urgente:** Pontuação ≥ 85.





Governo do Estado de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

#### 4. Das Exceções e Otimização da Gestão

Os critérios estabelecidos não se aplicarão aos processos que envolvam menores de idade como supostas vítimas, os quais receberão prioridade urgente, independentemente da pontuação obtida no somatório dos critérios.

A autoridade competente poderá determinar a instauração de processo correccional de acordo com a discricionariedade administrativa. O titular da unidade de correição poderá, por sua vez, instaurar procedimento correccional sem observar a classificação de prioridade, mediante justificativa.

Ademais, processos recorrentes (questões que possam configurar infração disciplinar e que ocorram com frequência na instituição) e processos com precedentes (situações em que o mesmo indivíduo possa estar envolvido em eventos que também possam configurar infração disciplinar) poderão ser analisados em conjunto, independentemente de sua classificação de prioridade, com o objetivo de otimizar a gestão dos casos em curso.

#### 5. Da Priorização para a Instauração dos Processos Correccionais Acusatórios

A USC deverá observar os mesmos critérios e a metodologia de pontuação detalhada nesta Nota Técnica para determinar a ordem de instauração dos processos correccionais acusatórios, garantindo coerência e objetividade em todas as fases da atuação correccional.

A aplicação desses critérios e da pontuação permitirá que a autoridade competente ou o titular da unidade de correição priorize a instauração dos processos que apresentem maior relevância, urgência ou impacto institucional, otimizando os recursos disponíveis e acelerando a resposta a condutas irregulares.

#### 6. Do Monitoramento e da Comprovação

A utilização dos critérios e da metodologia de pontuação para a priorização da análise e da instauração dos processos correccionais será efetivada por meio da **Calculadora de Priorização**, disponibilizada pela CGE-MT.

O uso da Calculadora de Priorização será **obrigatório no momento do cadastro da notícia de fato no ePAD** e, de forma **facultativa**, poderá ser empregado após a decisão da autoridade pela instauração do processo, nos casos em que houver estoque pendente de instauração.





Governo do Estado de Mato Grosso

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A comprovação de sua utilização pelas unidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual ocorrerá por meio de:

- A **classificação efetiva da notícia de fato no sistema ePAD**, conforme o resultado gerado pela Calculadora de Priorização;
- O **upload, no sistema ePAD, do arquivo com o resultado calculado**, não sendo obrigatória a juntada dessa informação no PEC.

## 7. Das Disposições Finais

A adoção do prazo prescricional previsto no artigo 107, I, da Lei Complementar n. 207/2004 como referência na Calculadora de Priorização visa assegurar eventual responsabilização administrativa aos investigados/acusados e, principalmente, mitigar o risco de prescrição.

A prioridade atribuída ao processo não confere ao acusado/investigado o direito de ter seu caso analisado estritamente de acordo com a classificação de prioridade.

A falta de conformidade com esta orientação não leva à anulação do processo correcional correspondente.

A existência de critérios objetivos para estabelecer a classificação de prioridade para a instauração dos processos correcionais investigativos e acusatórios auxilia a autoridade competente a responder a eventuais questionamentos internos e externos sobre a ordem de instauração desses processos, conferindo maior legitimidade e transparência à atuação correcional. A adoção de uma metodologia clara e padronizada para a priorização fortalece a gestão da atividade correcional, facilita o monitoramento dos procedimentos e assegura a tomada de decisões estratégicas com base em dados confiáveis, contribuindo para o aumento da eficiência e da efetividade da Administração Pública Estadual.

JOAO VITOR PINHEIRO PERRI  
AUDITOR DO ESTADO  
SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE CORRECIONAL

LELIANE FERREIRA SILVA SANTANA



CGENTT202500007A



Governo do Estado de Mato Grosso  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO  
SUPERINTENDENTE  
SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE CORRECIONAL

RENAN ZATTAR FERREIRA DA SILVA  
SECRETARIO ADJUNTO  
GABINETE DO SECRETARIO ADJUNTO DE CORREGEDORIA GERAL



CGENTT202500007A